

ATA DA 9ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO-RJ

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, por meio virtual, atendendo a convocação feita em conformidade com o Regimento Interno, compareceram os Conselheiros Efetivos Flávia Vinhaes Santos, Arthur Camara Cardozo, Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, José Antonio Lutterbach Soares, Marcelo Pereira Fernandes e os Conselheiros Suplentes Clician do Couto Oliveira e João Hallak Neto. A Presidenta Flávia Vinhaes Santos justificou as ausências dos Conselheiros Efetivos Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Sidney Pascoutto da Rocha. Ato contínuo, submeteu a votação os nomes dos Conselheiros Suplentes Clician do Couto Oliveira e João Hallak Neto para substituírem respectivamente os dois efetivos ausentes à sessão. Tendo eles sido eleitos, por unanimidade, declarou abertos os trabalhos. **I – ORDEM DO DIA: I.1 – ATA DA 8ª SESSÃO:** Lida e aprovada. **I.2 – RESOLUÇÃO Nº 106/21 – PROCESSOS DA SECRETARIA DE REGISTROS:** Em função da ausência do Conselheiro relator, a discussão foi transferida para a próxima Plenária. **I.3 – RESOLUÇÕES Nº 107 A 125/21 – PROCESSOS DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO:** A Presidenta informou não ter sido possível para o Conselheiro relator Carlos Henrique Tibiriçá Miranda analisar os processos, em função de compromissos profissionais e propôs, depois de emitidos seus relatórios, que ela os aprove “ad referendum” do Plenário, afim de não atrasar as conclusões dos processos. Na plenária de novembro, ele apresentará seus pareceres. Submetida a votos a proposta foi aprovada. **I.4 – RESOLUÇÃO Nº 105/21 – PROCESSOS DA SECRETARIA DE REGISTROS:** Submetido a votos, foi adotado o mesmo procedimento do ponto anterior. **I.5 – RETOMADA DAS PLENÁRIAS DE FORMA PRESENCIAL:** A Presidenta Flávia Vinhaes Santos sugeriu o retorno das plenárias presenciais, a partir de novembro, pois a situação pandêmica esta mais controlada devido ao significativo número de pessoas que já tomaram as duas doses da vacina contra Covid-19 no Rio de Janeiro, marca essa que já excede os 50% da população. O Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes registrou sua concordância. O Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães relembrou a proposta apresentada na última plenária de passar a realizá-las na hora do almoço. Os Conselheiros João Hallak Neto e Fernando D'Angelo Machado também consideraram precipitado, pois, segundo o primeiro, o número de contágios está subindo. O Conselheiro Arthur Camara Cardozo opinou a favor do retorno, com avaliação dos desdobramentos dos casos de contágio pelo Covid 19, caso a maioria dos conselheiros esteja a favor. O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares apoiou a proposta de retorno, mas prefere que seja mantido o

horário antigo. Submetido a votos, o retorno da plenária presencial foi aprovado no horário de 18h30, a partir da próxima plenária em novembro de 2021. **1.6 – RETORNO DOS EMPREGADOS AO TRABALHO EM PERÍODO INTEGRAL :** O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares sugeriu o retorno ao horário integral de trabalho, já que não se verificaram novos casos de contaminação no Conselho, mantendo acompanhamento e avaliação, caso surjam novos casos no Rio de Janeiro. Os Conselheiros João Hallak Neto, Fernando D'Angelo Machado e Clician do Couto Oliveira registraram não ser favoráveis a ampliação da jornada de trabalho, por enquanto. Todavia todos os outros presentes se pronunciaram favor do retorno ao período integral. Submetida a votos, a proposta foi aprovada com 05 (cinco) votos a favor e três contrários. Assim sendo, passa a vigorar o horário integral de trabalho, das 09h00 as 18h00, com 1 hora de almoço a partir de 04 de outubro de 2021. **1.7 – RESOLUÇÃO Nº 104/21 – FIXAÇÃO DOS VALORES DAS ANUIDADES, EMOLUMENTOS E MULTAS PARA 2022:** A Presidenta informou sobre os novos parâmetros definidos pelo Conselho Federal de Economia e propôs que o regional, em 2022, dê um desconto de 10% sobre o valor integral fixado pelo COFECON, e mais 10% para quem pagar integralmente até janeiro, e 5% para quem pagar em fevereiro. O Conselheiro Arthur Camara Cardozo apoiou a proposta, todavia registrou que a redução dos descontos pode implicar na elevação da inadimplência, mas é preciso fazer algo no sentido de favorecer o economista, e também dar um passo a frente para melhorar a situação financeira do Conselho. A Presidenta lembrou a situação financeira ruim da Autarquia. O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares também concordou que algo deve ser feito e apoiou a sugestão da Presidenta. Considerou importante explicar detalhadamente o critério adotado aos economistas e empresas registradas e antecipar ao máximo o envio dos boletos de cobrança, inclusive por e-mails, em função das dificuldades sofridas nos últimos anos por problemas com a entrega deles pelos correios. O Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães questionou se temos projeção comparativa, entre as necessidades de recursos e o potencial de arrecadação, e qual o percentual de aumento a ser praticado, em relação ao exercício anterior. Informado pela Conselheira Flávia Vinhaes Santos do percentual de 23% de majoração, afirmou ser importante ter em mente a situação externa, já que as pessoas também estão tendo dificuldades, também frisou a situação dos correios e acha que devemos equilibrar as coisas e não pensar somente no Conselho, pois a crise é geral. O Conselheiro João Hallak Neto concordou com as preocupações do Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães, e propôs a prática de reajuste menor. A Presidenta reiterou a situação de déficit do Conselho e lembrou aos presentes o nível de descontos dados no ano passado, que chegou a 30%, além de mencionar o déficit de R\$ 1.000.000,00

(um milhão de reais) verificado no período. A proposta significa do ponto de vista real, para os economistas um aumento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativamente pouco para os profissionais, mas bom para a Autarquia. O Conselheiro José Antônio Lutterbach Soares também se referiu a dimensão do déficit e a necessidade de informar aos economistas a relação entre o valor cobrado neste exercício e no a vigorar em 2022. A Conselheira Clician do Couto Oliveira solicitou a apresentação de números impressos para que se possa tomar uma decisão mais embasada em próximas discussões sobre o assunto. O Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva pediu ao Secretário de Administração e Finanças para enviar aos conselheiros os dados sobre receitas e despesas atualizados e sublinhou a existência de uma dívida trabalhista de valor elevado, tramitando na justiça. Além disto, pontuou que qualquer decisão tomada na plenária em relação às anuidades, deverá ser permanente, para não acarretar pedidos de reembolso por parte dos profissionais que as tenham quitado pelo valor mais alto, caso se reduza seus valores no decorrer do próximo ano. Os Conselheiros Arthur Camara Cardozo, João Hallak Neto e Clician do Couto Oliveira ressaltaram a importância de ter os e-mails dos economistas, pois facilita a comunicação e permitirá encaminhar os boletos também por este meio. O Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes apoiou o reajuste, apesar de considerar as preocupações corretas, por entender ser necessário fazê-lo e não considerar o reajuste muito elevado. Submetido a votos, o reajuste proposto pela Presidenta foi aprovado. II – **ASSUNTOS GERAIS: II. 1 – CURSO SOBRE DESIGUALDADE:** A Presidenta Flávia Vinhaes Santos informou ter estado no CORECON-MG acompanhada pelo Vice presidente José Antonio Lutterbach Soares para debater a realização de ações conjuntas em parceria com aquele Conselho, e retomar o projeto sobre a construção do curso sobre a desigualdade, tendo havido interesse por parte dos gestores da autarquia mineira. Também comentou sobre a realização de um evento com o Elias Jabbour para ministrar uma palestra em Belo Horizonte junto com professores das universidades locais, tendo como tema a economia chinesa, após a liberação das restrições decorrentes da pandemia do Covid-19. A Conselheira Clician do Couto Oliveira informou que o professor Januzzi está impossibilitado de participar do projeto este ano, todavia entrou em contato com outros parceiros, dentre eles os professores Victor Leonardo da UFF e Denise Gentil da UFRJ, os quais abraçaram a ideia do curso sobre desigualdade. Nada mais havendo a tratar, nem quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidenta deu por encerrados os trabalhos às 19h40 e, para constar, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidenta Flávia Vinhaes Santos e por mim, Wellington Leonardo da Silva, Secretário “ad hoc” do Plenário.



RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:

I – ORDEM DO DIA:

- I.1 – Ata da 8ª Sessão: **Lida e aprovada.**
- I.2 – Resolução nº 106/21 – Processos da Secretaria de Registros: **Discussão adiada.**
- I.3 – Resolução nº 107 A 125/21 – Processos da Secretaria de Fiscalização: **Autorizada aprovação “ad referendum.**
- I.4 – Resolução nº 105/21 – Processos da Secretaria de Registros: **Autorizada aprovação “ad referendum.**
- I.5 – Retomada das plenárias de forma presencial: **Aprovada a partir de novembro.**
- I.6 – Retorno dos empregados ao trabalho em período integral: **Aprovado.**
- I.7 – Resolução nº 104/21 - Fixação dos valores das anuidades, emolumentos e multas para 2022: **Aprovada.**

II – ASSUNTOS GERAIS:

- II.1 – Curso sobre Desigualdade: **Informes apresentados.**

Flávia Vinhaes Santos
Presidenta

Wellington Leonardo da Silva
Secretário “Ad Hoc” do Plenário

